

DA TEORIA CIENTÍFICA À FELICIDADE E À PAZ

Cláudio Souto*

1 A atração

Tudo indica que a atração é um princípio geral do universo conhecido. Esse princípio implicaria uma constante: mesmo que, para além de uma simples repulsão, a matéria seja destruída, com desagregação de seus componentes, esses componentes podem reagregar-se, por atração, no plano material denso ou no plano energético, contribuindo para formar novos compostos. A natureza se transforma e se renova.

Como se sabe cientificamente, a matéria não é senão energia condensada. Para Einstein, “massa inerte é simplesmente energia latente” (EINSTEIN, 1954, p. 230). Hoje já se percebe claramente que a natureza compreende, de modo básico, corpúsculos móveis e ondas de frequência muito variada, podendo a própria matéria transformar-se em ondas de energia. Em si mesma, a energia conhecida é indestrutível e passível de atrair e de ser atraída, condensada materialmente, ou não. Pode ser transformada pelo homem, mas não criada por ele (princípio da conservação da energia).

A destruição é também um princípio geral do universo conhecido, mas, além de poder resolver-se em nova espécie de atração, ela não atinge a energia não-condensada que, ao contrário da material, não pode ser destruída.

*Doutor em Ciências Sociais e Professor Titular Emérito de Sociologia do Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

O princípio mais fundamental do universo conhecido seria, portanto, a atração, não a destruição – a atração, sobretudo, de natureza puramente energética, atração essa indestrutível.

Admitindo-se esteja o universo atualmente em expansão acelerada (por repulsão cósmica: afastamento entre galáxias muito distantes), não está, todavia, sendo anulada a atração gravitacional (considerada, em perspectiva cósmica, força dominante). Acresce que a misteriosa energia escura, a qual contrabalançaria a gravidade e causaria a aceleração, é desconhecida, não se sabendo por quanto tempo exerceria essa ação aceleradora. E, sobre um hipotético fim do universo, muitos cientistas opinam que se alternariam fim e recomeço.

A definição da energia – na equação einsteiniana ($E=mc^2$) – por elemento de condensação energética como a massa e, mesmo, pela velocidade ao quadrado da luz (radiação eletromagnética) – esta última suscetível da influência do campo gravitacional do sol (EINSTEIN, 1954, p. 228) – *se bem que de grande importância*, não alcança as possíveis sutilezas da energia, em si ainda desconhecidas. Não alcança nem mesmo fenômenos mais sutis instrumentados e manifestados materialmente, como o *pensamento* do animal humano.

Na verdade, a exclusão do pensamento na equação da energia a torna nitidamente incompleta. E essa célebre equação de Einstein aplicável à liberação de energia, se inclui a luz, não apresenta a “desmaterialização” maior de referir-se a pensamento – ou, de maneira geral, à mente humana –, modalidade energética presumivelmente ainda mais sutil.

Parece inegável que o pensamento é uma modalidade de energia que faz parte da natureza e que, como tal, mereceria uma consideração científica *rigorosa*. Não obstante, reportando-se à própria Psicologia, Peter Hofstätter afirma oportunamente que “nossa ciência ainda espera o seu Newton” (HOFSTÄTTER, 1981, p. 5). Quer dizer, não se está explicando por proposição mais geral o movimento no espaço mental, espaço de pólos interativos psíquicos. Analogamente, não se está explicando de modo teórico mais geral o movimento no espaço social, espaço dos pólos sociointerativos. Será válido, portanto, tentar reverter essa situação.

Através de Einstein, a lei da gravitação, *sendo referida a energia*, pode apresentar semelhança com a atração entre pólos mentais e sociais humanos, cuja energia, possivelmente sutilíssima, é a do pen-

samento e de outros produtos mentais. *Quanto mais massa e menos distância, mais atração se tornaria agora: quanto mais energia e menos distância, mais atração.*

Ora, *quanto mais energia e menos distância mais atração seria um princípio genérico comum, unificado, para os espaços físico, mental e social.* Apenas, a distância mental ou a social não coincidem necessariamente com a distância física, mas têm seu princípio próprio na idéia de semelhança com o que se aceita como fator determinístico de aproximação (atração). Sendo a idéia de dessemelhança com o que se aceita fator determinístico de afastamento (repulsão) nos espaços mental e social.

A distância mental e a social não coincidem necessariamente com a distância física: por exemplo, não é pelo fato de duas pessoas se sentarem uma ao lado do outra que deixarão de ser inimigas, se o forem, afastando-se mental e socialmente.

Torna-se evidente, portanto, que não se trata aqui de um fisicismo ultrapassado, que pretendesse aplicar diretamente leis da Física às realidades mental e social. No entanto, como todos os fenômenos conhecidos são fenômenos de energia, haveria pontos comuns entre eles que mereceriam investigação, sem dano à especificidade de cada um dos campos físico, mental e social sobre possibilidade e limites de uma teoria unificada das distâncias física, mental e social. (SOUTO, 2002, p 469-504).

O pensamento humano, em sua dinâmica, parece bem mais sutil do que as transformações da massa em energia e da energia radiante em corpúsculo com massa, ou do que quaisquer outras transformações de formas energéticas conhecidas umas nas outras (energias calorífica, cinética, elétrica, eletromagnética, mecânica, potencial, química, radiante).

Uma maior complexidade do pensamento já se inicia na mente animal não-humana, sobretudo em se tratando de animais superiores, e culmina, em termos terrestres, no animal humano.

Enquanto o movimento de atração, e seu oposto, o movimento de repulsão, são relativamente simples na natureza não-orgânica – causas e efeitos se desenhando com mais facilidade e nitidez, sobretudo na mecânica clássica –, na natureza animal superior movimentos de atração e repulsão se complicam claramente por um novo fator: a rela-

tiva autonomia mental e, portanto, de comportamento, dessa animalidade.

Apesar disso, será realmente possível estabelecer leis gerais de atração e repulsão, firmando – até de modo determinístico – relações de causa e efeito, quanto ao ponto máximo da evolução da natureza conhecida, a natureza mental humana? É o que pretende discutir este escrito, da maneira mais clara possível.

E se vai procurar o trânsito da teoria científica à sua aplicação a problemas práticos e cruciais para o homem e grupos sociais humanos: os problemas de sua felicidade e paz. Tentando-se, no máximo possível, não tratar ideologicamente essa problemática e atribuir-lhe uma fundamentação científica.

2 Redução teórica quanto ao mental e ao social: a lógica científica das propriedades emergentes fracas e fortes

A mente humana se reduz essencialmente, ao que tudo indica, a sentimento, idéia e vontade (*siv*). Todo fenômeno mental e todo fenômeno social teriam essa marca de origem. O mental seria basicamente o *siv* e o *intersiv* (sendo *intersiv* a interação entre pólos mentais). O social seria o *intersiv* quando *exteriorizado* no espaço social (espaço de pólos de interação social se comunicando *siv*).

De fato, tudo indica – insista-se – que *sentimentos, idéias e volições existem, de modo acentuadamente básico, tanto na realidade individual, como na social* (de tal sorte que uma explicação mais abrangente não poderia desconsiderar esses elementos). Quando interiorizados mentalmente, são elementos individual-psicológicos. Quando exteriorizados e recebidos pela comunicação, tornam-se fenômenos sociais e, se aceitos em comum por dois ou mais indivíduos (e se permanece o relacionamento sociointerativo), fenômenos grupais. O que é interiorizado em um momento pode ser exteriorizado em outro, e vice-versa: o que é mental pode tornar-se social, e inversamente.

Outros elementos básicos, por exemplo crenças, pelas quais se interessa Boudon (1995, p. 3), seriam derivados daqueles elementos fundamentais e, portanto, menos básicos ou abrangentes.

Hoje é preciso reconhecer que o próprio grupo social, embora não se possa igualar à realidade mental individual, a tem em sua origem e apresenta claramente as marcas de sua origem, mesmo porque não existe

mente grupal real, pois os grupos sociais não são entidades corpóreas: eles são o que é sentido, pensado e querido *em comum* por mentes individuais.

Na verdade, mesmo o grupo social, que é um fenômeno social tão típico, não pode ser explicado *tão-só* pelo coletivo, *se se pretende um nível mais abrangente de explicação*. Sem prejuízo de que o grupo social tenha propriedades específicas, não atribuíveis a indivíduos (OPP, 1988, p. 217).

Pode-se explicar o coletivo apenas pelo coletivo (DURKHEIM, 1968, p. 109 e 111) somente em um nível menos abrangente de explicação, e, em princípio, não há porque não tentar ampliar, ao máximo cientificamente possível, essa abrangência, procurando-se atingir um modelo teórico geral unificado que alcance, ao mesmo tempo, o mental e o social.

O tipo ou categoria *siv* é análogo, *mutatis mutandis*, ao tipo químico H_2O : toda água é H_2O , todo fenômeno mental ou social é *siv*, e se distinguem, o mental e o social, apenas pela exteriorização e pela quantidade de pólos interativos (todos do tipo *siv*).

Há propriedades emergentes conforme a forma de apresentação. Quanto à água, por exemplo, emergem propriedades específicas conforme esteja ela em forma sólida, líquida ou gasosa. Seja porém qual for a forma, a água não deixa de ser água, pois a emergência é fraca, não desnatura a sua composição.

Poderemos distinguir, de fato, entre propriedades emergentes fracas e fortes. As propriedades emergentes fortes são, por exemplo, as de H_2O (água pura) quanto àquelas de H e O isoladamente, ou seja, a água é algo bem diverso de hidrogênio e oxigênio, embora seja formada por eles. As propriedades emergentes fracas são, por exemplo, as que a quantidade introduz em tipos grupais humanos classificados de acordo com o número de seus interagentes: todos são tipos grupais e, mesmo, todos são tipos *siv*.

Só as propriedades emergentes fortes impedem uma redução teórica.

Em termos de lógica científica, são perfeitamente análogas a categoria genérica H_2O e a categoria geral *siv*, esta última aplicável a fenômenos mentais e sociais, já que o social (seja não-grupal ou grupal, seja micro ou macrogrupal) não é senão uma exteriorização do mental.

Quando não se dispõe de uma redução teórica referida ao *siv* como categoria típica tanto do mental, como do social, redução essa que fosse tratada sistematicamente, e não só ocasionalmente, movimenta-se

o conhecimento em função de uma pluralidade de fatores apenas derivados e com perda de uma visão essencial comum do mental e do social. Isso tem impedido uma redução conceitual e proposicional que lhe permita atingir uma previsibilidade rigorosa, elegante.

As propriedades emergentes do social (inclusive do social grupal), em relação ao mental sendo fracas, tornam possível, no nível mais genérico das ciências humanas, uma explicação unitária do mental e do social (sem prejuízo, é claro, da emergência do social, específica, mas fraca o suficiente para não descaracterizar o caráter unitário da explicação mais geral). Pois qualquer mental e qualquer social só é tal sendo composto *siv*, e é desse modo que os efeitos do mental e do social derivam dos efeitos dos elementos componentes de *siv* (sentimento, idéia e vontade), atuando esses elementos sempre conjuntamente (embora com ênfase variada de cada um deles).

Poderemos decompor os elementos do *siv*, mas apenas por abstração, em virtude de sua natureza energética sutil, ao contrário dos elementos da água, H e O, separáveis em laboratório em razão de sua natureza material.

Em suma, de maneira bem simplificada: embora haja propriedades emergentes (novas) do social em relação ao mental, elas são fracas o suficiente para possibilitar uma explicação unitária do mental e do social, pois tudo indica que qualquer mental e qualquer social só são tais sendo do tipo *siv* e, assim, os efeitos do mental e do social derivam dos efeitos dos elementos componentes de *siv* (sentimento, idéia e vontade).

Note-se que no relativo à interação social como processo intermental exteriorizado, ou, mais especificamente, como processo *intersiv* exteriorizado, este processo seria capaz, de alcançar, por sua abrangência aparentemente máxima no campo do social, o micro e o macro, o normativo e o “estrutural”, sendo que este último se denominaria, em maior rigor e em respeito à sua composição essencial *siv* (energeticamente sutil), o normativo básico.

3 A atração nas interações mental e social humanas

Os movimentos de atração e repulsão se fazem, de modo basilar, no caso humano, em relação ao *siv*, ao *intersiv* (interação mental) e ao *intersiv exteriorizado* (interação social). O elemento *s* (sentimento) se move basicamente em agradabilidade e em desagradabilidade, as quais

ocorrem, respectivamente, em função da idéia de semelhança (agradabilidade) e de dessemelhança (desagradabilidade) com o que se aceita em um dado momento.

“Sentimento de justiça ou de justeza”, “sentimento do belo”, “sentimento de felicidade”, “sentimento de paz”, são expressões vocabulares, redutíveis todas, em termos científicos, a sentimento de agradabilidade.

Felicidade é simplesmente o sentimento de agradabilidade. Paz é simplesmente o sentimento suave e intenso de agradabilidade.

Repare-se: se o conflito (luta) é, dos processos de afastamento no espaço da interação social, o explicável pela maior idéia de dessemelhança entre os pólos interagentes, e, assim, o mais disfórico (desagradável) desses processos, no extremo oposto, a paz é o processo social de aproximação explicável pela maior idéia de semelhança entre os pólos interagentes, e, desse modo, o mais eufórico (agradável) dos processos de aproximação, com o máximo de relativa suavidade afetiva. Um contínuo básico da distância social teria quatro pólos, no sentido decrescente da distância: conflito, competição, cooperação e paz.

Em respeito aos direitos humanos, não se deveria desconsiderar que sistemas sociais que ponham muito acentuada ênfase na competição não podem gerar equilíbrio ou coesão estável, pois o processo competitivo (“luta pacífica”) é processo de afastamento no espaço social.

Isso sem negar que até o conflito possa servir a processos associativos intragrupais, porém apenas no sentido de que um conflito poderá prevenir conflito ainda maior. Por outro lado, é conhecido que a coesão interna de um grupo tende a aumentar se ele se acha em conflito com pólo ou pólos de interação social que lhe sejam exteriores.

Para o homem de mente realmente saudável, a felicidade e a paz não estarão em processos de conflito ou, mesmo, de competição, em si mesmos, pois são processos de afastamento, de desagregação, de desequilíbrio, nos espaços mental e social. Mas a felicidade e a paz já podem ter começo no processo de cooperação.

Note-se que, nessa perspectiva, a paz não será somente ausência de conflito interior, mental, ou exteriorizado, social (inclusive conflito armado, nacional ou internacional), nem será apenas ausência de competição (luta pacífica), porém será processo suave e intenso de aproxi-

mação, de agregação, de equilíbrio, nos espaços da interação interior, mental (espaço mental) e da interação exteriorizada, social (espaço social).

O sentimento de agradabilidade é tanto mais intenso e freqüente quanto mais haja idéias de semelhança – e mais nítidas – com o que se aceita.

Naturalmente, semelhanças objetivas favorecem idéias de semelhança, embora não haja uma correspondência necessária entre semelhança objetiva e idéia de semelhança: a idéia de semelhança pode estar equivocada, tomando por semelhante o que é realmente dessemelhante (e, no entanto, a idéia de semelhança, equivocada ou não, sempre provoca agradabilidade).

A perspectiva não é hedônica: de logo se repare que o prazer sensual não coincide necessariamente com felicidade e com paz, pois não coincide de modo necessário com agradabilidade do sentimento. De fato, o prazer ou o bem-estar orgânicos podem acompanhar-se de desagradabilidade do sentimento.

Na verdade, é de se notar que a perspectiva apresentada da agradabilidade-desagradabilidade afetiva *não se confunde* com hedonismo ou utilitarismo porque se situa no terreno da mais alta abrangência quanto ao mental e ao social. Como o autor deste escrito esclareceu anteriormente,

“no momento da opção entre alternativas, sempre se escolhe aquela que seja, nesse momento, mais agradável (menos desagradável), em função do que se julgue em semelhança maior (dessemelhança menor) com o que se aceita. Assim, dependendo do que se aceite em determinado momento, pode ser mais agradável (menos desagradável), ao indivíduo ou ao grupo, sacrificar a própria vida, ou os próprios bens econômicos, do que retê-los” (SOUTO, 1987, p. 24-25).

4 Atração e repulsão nos espaços mental e social: determinismo científico e teoria científica axiomatizada – Os postulados de um modelo teórico unificado mental-social

Como se processariam, tentando-se rigor axiomático, os movimentos de atração (aproximação) e de repulsão (afastamento) entre pólos de interação mental (*intersiv*) e entre pólos de interação social (*intersiv exteriorizado*)?

Como prever deterministicamente, se possível, a escolha humana entre alternativas, sem o que não haverá desenvolvimento científico crucial nessa área?

Insista-se, preliminarmente, em que não há confundir determinismo científico com exatidão: toda ciência que não seja meramente formal (como a Lógica e a Matemática), não seria rigorosamente exata, antes seria probabilitária. O “sempre” da proposição determinística (explícito ou implícito esse “sempre”) significa apenas que a sua probabilidade é acentuadamente alta.

Lembre-se a esse respeito: “Na medida em que as proposições da Matemática se refiram à realidade, elas não são exatas (‘sicher’), e, na medida em que são exatas, não se referem à realidade” (EINSTEIN *apud* ALDRUP, 1977, p. 174).

Cumpra não confundir: se não é possível um determinismo de fenômenos sociais particulares, como os econômicos, os políticos e até os de crença (que são mais gerais que os primeiros), pode muito bem existir um determinismo das categorias mais altamente genéricas, como idéia, sentimento, vontade, semelhança, distância mental, distância social. Categorias essas muitíssimo gerais, como matéria, massa, distância física.

Tudo indica que é possível obter, quanto ao mental e ao social, pelo menos um determinismo subjetivo, isto é, baseado na avaliação subjetiva dos atores. De logo se observe que a idéia de semelhança muito abrangente com o que se aceita, seja correta ou incorreta, racional ou irracional, essa idéia sempre causaria aproximação nos espaços mental e social. E será viável obter até mesmo um determinismo objetivo, porque referido a sentimento (abstraido o elemento idéia), como se verá adiante.

Se o processo interativo mental ou social tem continuidade, a idéia de semelhança com o que se aceita *coexiste* com a idéia de dessemelhança com o que se aceita. De tal sorte que o movimento de aproximação ou de afastamento nesses espaços de interação mental ou social é uma resultante da preponderância, respectivamente, da idéia de semelhança ou de dessemelhança.

No pertinente às distâncias mental e social poderíamos ter, por outro lado, uma teoria científica axiomatizada, constando de axiomas ou postulados (proposições mais gerais e fundamentais,

induzidas da realidade, necessariamente em pequeno número) e teoremas (proposições menos gerais, dedutíveis dos postulados). Sendo todas essas proposições comprovadas ou comprováveis por pesquisa empírica (fática).

Uma primeira resposta aproximativa àquela pergunta sobre a possibilidade de uma previsão determinística da escolha humana entre alternativas – escolha esta de evidente importância prática –, seria a de que qualquer determinismo sobre o comportamento humano só pareceria poder ter, no presente momento científico, uma dimensão subjetiva, ou seja, dependente da avaliação do ator. Objetivamente não se atingiria, até agora, senão o meramente estocástico (probabilístico). Por exemplo, a semelhança objetiva existente entre pólos interativos, mentais ou sociais, só provavelmente atrai, pois pode ocorrer erro na avaliação de semelhança, tendo-se como dessemelhante o que é realmente semelhante. A idéia de semelhança (dimensão subjetiva, portanto) é que sempre atrai (na direção do que se considere, subjetivamente, semelhante ao que se aceita), ou seja: objetivamente considerando, o máximo que se poderia afirmar é que a semelhança provavelmente atrai e a dessemelhança provavelmente afasta. Assim, teríamos a proposição somente estocástica: *Quanto maior a semelhança objetiva entre pólos interativos, mentais ou sociais, tanto menor, provavelmente, a distância entre eles.*

Parece, no entanto, que é viável conseguir-se uma proposição probabilística de natureza determinística – e não apenas probabilística – sobre o movimento no espaço da interação mental ou no espaço da interação social, desde que baseada essa lei na avaliação subjetiva das semelhanças e das dessemelhanças, pois as pessoas e grupos de qualquer tamanho sempre se aproximariam e sempre se afastariam do que, respectivamente, considerem mais semelhante ou mais dessemelhante do que aceitam.

Note-se que dois postulados serão, logo adiante, expostos de modo subjetivo com base na avaliação dos pólos interativos, avaliação essa quantitativa, e, sobretudo, qualitativa (pela importância atribuída), de semelhanças e dessemelhanças.

A explicação que vai ser apresentada, por um lado, pretenderia uma muito alta probabilidade, porque seria determinística, isto é, afirmaria a ocorrência sempre de um fenômeno (se x, então sempre y), e,

de outra parte, o seu grau de contaminação ideológica seria provavelmente não significativo (entendendo-se por ideologia conhecimento socialmente condicionado e emocionalizado, de natureza errônea ou duvidosa). Desde que essa explicação alcançaria, ao mesmo tempo, por referir-se a proposição generalíssima, tanto a aproximação e o afastamento (inclusive o conflito, como processo de afastamento maior) na interação social de um casal, como a aproximação e o afastamento (inclusive o conflito) de classes sociais ou de Estados.

A teoria poderia, portanto, ser altissimamente abrangente e capaz de proposição determinística nesse nível da mais alta abrangência científica quanto ao mental e ao social.

Poderíamos ter, então, científica e deterministicamente, sobre distância mental e sobre distância social, postulado, isto é, uma proposição básica comprovada ou comprovável, da qual seria possível deduzir proposições menos gerais (teoremas). Esse postulado, de forma simplificada, seria o seguinte: *Quanto maior a semelhança entre um pólo de interação mental ou de interação social (tal como avaliada por ele em função do que aceita) e outro ou outros pólos de interação mental ou de interação social, menor a distância do primeiro em relação ao outro ou outros. Isso sempre ocorreria.*

Essa lei poderia explicar qualquer movimento de aproximação no espaço da interação mental ou no espaço da interação social (máximo de abrangência nesses espaços).

Outro postulado, basicamente, porém não exclusivamente, psicológico, seria ainda mais geral: *Quanto maior for a idéia de semelhança que o ator de uma conduta humana, mental ou social, tenha, maior a agradabilidade sentida por ele, e, quanto maior esta, mais será desejada por ele.* Isso também sempre ocorreria (proposição determinística).

Neste último particular, poder-se-ia ter ainda um postulado, totalmente objetivo e determinístico, porque referido apenas a sentimento: O sentimento de agradabilidade, ou de preponderante agradabilidade, diante de algo, sempre causa, respectivamente, aproximação ou uma resultante de aproximação, em direção a esse algo, no espaço mental e no espaço social.

Em sentido inverso, sendo premissas a idéia de dessemelhança, ou a desagradabilidade do sentimento, os postulados explicariam qualquer movimento de afastamento no espaço mental ou no espaço social.

Esses postulados poderiam ser explicativos da escolha humana entre alternativas.

É um dado experimental já clássico que a semelhança aproxima mental e socialmente. Veja-se, para o relato de experimentos nesse sentido, Souto (2006, p. 202-203 e 206). Para Durkheim, contudo, não só a semelhança pode aproximar, como também a dessemelhança pode fazê-lo – muito embora no caso apenas de as dessemelhanças se completarem de maneira recíproca, tal como ocorre quando há simpatia mútua entre um teórico e um homem prático (DURKHEIM, 1960, p. 17 e 18).

É bem de ver, todavia, que, nesse exemplo, o teórico e o homem prático, ambos, definem as características do outro como semelhantes ao que aceitam (pois, de outro modo, não se aproximariam) e, assim, como capazes de complementarem suas próprias características. Dessa maneira, o caso lembrado por Durkheim não traz perturbação real ao caráter determinístico (caráter “sempre”) dos dois postulados referidos à semelhança que são expostos acima, pois neles se liga a semelhança à sua definição subjetiva.

Caberia uma observação básica: a de que, em ciência, o determinismo altamente provável tende a se aproximar da evidência – uma vez descoberto esse determinismo. Pode-se citar, como exemplo, um dos casos (muito raros) de determinismo em ciência social estaria em uma proposição sempre de Simmel: “Se aumenta o número de membros de um grupo, cresce também sempre a anonimidade das ações do grupo” (SIMMEL *apud* ZETTERBERG, 1973, p. 129). A alta probabilidade paga o preço da aproximação da evidência. Esse mesmo preço se paga pelos postulados acima sugeridos, embora também na Física isso possa ocorrer, como na clássica lei da gravitação universal de Newton, em que dois corpos quaisquer se atraem com forças proporcionais à massa de cada um e inversamente proporcionais ao quadrado da distância entre eles. Nessa lei, apesar de sua importância e elegância, no fundo se tenderia ao óbvio de que quanto mais massa e menos distância, mais atração. Outro exemplo também é como se dá na importante equação da energia de Einstein ($E = mc^2$, sendo m massa e c a velocidade da luz), na qual permanece a tendência ao óbvio, pois a energia variaria na razão direta da massa e da velocidade. Ainda aqui, contudo, a obviedade somente surge depois da descoberta.

Valeria, a esse propósito, lembrar Newton, quando ele comenta sua primeira regra de raciocínio: “a Natureza se contenta com sim-

plicidade, e não gosta da pompa de causas supérfluas” (NEWTON, 1955, p. 270).

A redução *siv*, por sua abrangência que seria máxima quanto ao mental e ao social, facilitaria um determinismo probabilístico, a exemplo daquele que se expôs, com a inclusão mesmo de um postulado totalmente objetivo, porque referido somente a sentimento.

Na verdade, não será racional a recente descrença pessimista quanto ao modelo dedutivo-nomológico (UDEHN, 2002, p. 502), na medida em que ela repousa sobre a escassez ou falhas de leis até agora apresentadas sobre o social, e, poder-se-ia acrescentar, também sobre o mental, pois isso não é necessariamente impeditivo de novas eventuais descobertas. Elster, não obstante enfatize o apenas causal não-preditivo de ocorrência freqüente, reconhece que “embora seja difícil estabelecer leis nas ciências sociais, essa meta sempre continuará, para melhor ou para pior, a guiar estudiosos” (ELSTER, 1999, p. 1 e 36).

Acresce que o teste de proposições determinísticas, se estas têm realmente conteúdo informativo, implica refutação, ou refutação parcial, delas, por qualquer exceção que seja realmente invalidante (teste crucial). E isso se facilita muito pelo tom conciso e frio dessas proposições. É um claro ver para crer ou descrever.

Repare-se: o chamado individualismo metodológico, em qualquer de suas vertentes, teria, segundo Boudon (2003, p.3 e 10), como ponto comum, a referência de qualquer fenômeno social ao individual, de que seria efeito. Essa referência comum, entretanto, necessita ser especificada quanto àquilo do indivíduo que seria essencial para as ciências do homem: o mental. E o mental seria de especificar-se quanto a seus traços essenciais de sentimento e idéia e vontade (*siv*), que são as geratrizes básicas do social e se condicionam por ele. Sendo que esta última especificação é que produziria um máximo de abrangência teórica menos indeterminada, alcançando, ao que tudo parece indicar, qualquer fenômeno mental (*siv* e *intersiv* interiores) ou social (*intersiv* exteriorizado).

Nessa perspectiva, cuja unidade altamente abrangente é o *siv*, alcançar-se-iam tanto a ação individual, como a intra-individual exteriorizada, a interindividual e a grupal de qualquer tamanho.

Outra observação importante é a de que a idéia de semelhança tem uma variação *n*, que dificulta a previsão, porque esta dependeria da descrição, que se venha a fazer, do que determinada pessoa, ou grupo,

aceita. Essa descrição é possível, e não é difícil quanto ao que basicamente se aceita, mas a operação descritiva torna o modelo teórico pesado em sua operacionalização e pouco econômico operativamente.

Tudo indica, assim, que o determinismo da escolha medir-se-ia mais diretamente, e, portanto, de modo mais elegante, econômico e preciso, em um momento x , através da variação afetiva com repercussão orgânica, do indivíduo como tal, ou como representante de um grupo social de qualquer tamanho, pois essa variação afetiva se reduz, fundamentalmente, apenas à agradabilidade e à desagradabilidade, e, se escolherá sempre (proposição determinística) o que, em determinado momento, corresponder ao sentimento de maior agradabilidade (menor desagradabilidade).

A medição da agradabilidade poderá ser feita pela menor reatividade eletrodermal, pela menor vasoconstrição, por menores níveis de ácido gorduroso livre (*free fatty acid*), pela menor ativação de certas áreas cerebrais, etc., que corresponderão ao que se escolhe (SOUTO, 2006, p. 202-203 e 206).

É preciso reconhecer, contudo, que a medição através do orgânico não consegue, até o momento, à carência de um instrumental mais adequado, uma precisão que pudesse alcançar níveis mais diferenciados da agradabilidade e da desagradabilidade afetivas, porém já possui um caráter aproximativo, pelo menos capaz de apreender, grosso modo, agradabilidade e desagradabilidade do sentimento. Por outro lado, que o plano experimental, por mais cuidadoso que seja, poderá dispensar, em sua equação, a letra N (influências não-controladas)?

Essa situação difícil da pesquisa permaneceria, mesmo em relação a recentes instrumentos de pesquisa cerebral, como os da tomografia por emissão de pósitrons (PET) associada à tomografia computadorizada de última geração, da ressonância magnética funcional, da espectroscopia. Através desses instrumentos, pode-se visualizar que áreas cerebrais são ativadas quanto a estímulos relacionados com o comportamento humano (ECCLES, 1994, p. 254 e *passim*).

5 Atração e repulsão nos espaços mental e social: teoremas de um modelo teórico unificado mental-social

Como felicidade e paz são fenômenos nitidamente não só mentais, como sociais, seria pertinente, neste escrito, expor os teoremas de

um modelo teórico unificado mental-social – teoremas esses deduzidos dos postulados já referidos. Naturalmente outros teoremas são ainda dedutíveis.

Como se depreende do que ficou visto, por conduta mental se entende aqui um modo de atuar em uma situação de interação mental, e por “conduta social” um modo de atuar em uma situação de interação social. Interação mental é a ação relacionada entre pólos mentais. Interação social é a ação relacionada e exteriorizada entre pólos mentais.

É digno de nota que aqueles axiomas (postulados) altamente genéricos abrangem simultaneamente o mental e o social, microfenômenos sociais e macrofenômenos sociais. Assim, a possibilidade de correspondente amplitude permanece aberta para muitos teoremas deduzidos ou dedutíveis deles, embora, é claro, teoremas sejam necessariamente menos genéricos que postulados. E como o mental e o social são, ambos, processos mentais *lato sensu*, será viável uma teoria unificada do mental e do social, sem prejuízo de leis menos gerais específicas da interação mental e da interação social.

Alguns teoremas básicos em conexão com os postulados anteriormente mencionados seriam os seguintes (tal como expressos de maneira simplificada):

1. (*Ceteris paribus*), se há agradabilidade do sentimento (correspondente à aproximação no espaço da interação mental ou da interação social), a eventual intensidade emocional é menor (com menor dissipação de energia) do que se há desagradabilidade dele (correspondente a afastamento no espaço da interação mental ou da interação social).
2. (Nos pólos de interação mental ou social), o que se conhece como correspondente a padrões do correto e/ou do belo (aceitos pelo que conhece), sente-se como agradável e o oposto a isso como desagradável. E o sentimento é tanto mais agradável ou desagradável (respectivamente) quanto maior se considere a correção e/ou beleza ou incorreção e/ou não-beleza.
3. Na interação mental ou social, se a idéia de semelhança (com o que é aceito pelos pólos interagentes) prevalece sobre a idéia de dessemelhança, o respectivo sistema de interação está equilibrado (contrabalançado); e inversamente.
4. Na interação mental ou social, se há equilíbrio permanente do sistema interativo, o processo resultante é associativo (integrativo).

5. Na interação mental ou social, quanto maior a semelhança (preponderante) entre os pólos interativos (tal como definida em função do que aceitam) tanto maior o equilíbrio do sistema correspondente de interação.
6. (Havendo equilíbrio mental), quanto menor a distância mental ou social entre pólos interagentes tanto maior é o índice relativo de interação entre eles (a relatividade do índice de interação é referente ao número dos pólos interagentes, e esse índice é da freqüência e duração do processo interativo).
7. Se a idéia de semelhança entre pólos interagentes é maior do que a necessária para o (simples) equilíbrio permanente do sistema de interação mental ou social, o processo mental ou social (resultante) é da maior agradabilidade (= maior suavidade afetiva = paz).
8. Quanto maior a paz do sistema de interação mental ou social, maior o equilíbrio desse sistema.
9. Quanto maior a padronização (uniformização) do elemento idéia de pólos interativos mentais ou sociais, tanto maior a semelhança entre esses pólos e tanto maior o equilíbrio do sistema correspondente de interação.
10. Se pólos interativos mentais ou sociais têm o seu elemento idéia padronizado, de maneira científico-empírica (nessa medida), há a máxima possibilidade de convicção de que esse elemento idéia corresponda à realidade e, portanto, à máxima possibilidade de padronização de tal elemento idéia; conseqüentemente, há a máxima possibilidade de equilíbrio do sistema correspondente de interação (= máxima possibilidade de paz).
11. Se um composto *sentimento, idéia e vontade* tem seu elemento idéia de acordo com a ciência empírica atual (menor possibilidade de imprecisão e incerteza), é aceito ou tende a ser aceito como obrigatório em um sistema de interatos mentais ou sociais.
12. Se pólos interagentes têm o seu elemento idéia padronizado, inclusive científico-empíricamente, na extensão dessa padronização, o elemento sentimento, no sentido geral do sentimento de agradabilidade, é o fator principal da mudança (alteração menor ou maior) do sistema de interação mental ou social correspondente (e não já o elemento idéia que, nessa extensão, pode ser considerado uma constante).

13. Quanto maior o equilíbrio de um sistema de interatos mentais ou sociais, tanto mais prontamente ele controla qualquer acontecimento que possa perturbar a idéia de semelhança integrativa do sistema.
14. Em uma interação mental ou social, quanto menor a distância do(s) pólo(s) interativo(s) de outro(s) pólo(s) interativo(s), tanto menos energia será necessária para comunicação e controle.
15. Na interação mental ou social da paz, há o mínimo de energia necessária para comunicação e controle.
16. Entre pólos interativos mentais ou sociais, quanto maior a idéia de semelhança, com o que é aceito por esses pólos tanto menos linguagem material (linguagem condensada em signos materiais) é necessária para a comunicação do pensamento – seja esta comunicação dialogal interna (diálogo mental do indivíduo consigo mesmo), ou exteriorizada.
17. Quanto mais a socialização (exposição a padrões sociais) se faça, no sentido da semelhança entre pólos de interação mental ou social, tanto maior o equilíbrio do sistema de interatos correspondente a tais pólos.
18. Quanto mais a socialização se faça no sentido da semelhança entre pólos de interação mental ou social, tanto mais paz.
19. Na medida em que a socialização se faça em termos de dessemelhança entre pólos de interação mental ou social, nessa medida o(s) pólo(s) assim socializado(s) tenderá (tenderão) a conduta desequilibrante do sistema de interatos correspondente àqueles pólos.
20. No afastamento entre pólos interativos mentais ou sociais, quanto maior o afastamento maior a desagradabilidade. Quanto maior a desagradabilidade, tanto maior a tendência para o conflito (conflito mental: conflito interno, ou conflito social: luta).
21. A intensidade (de atração) do composto *siv* (composto *sentimento, idéia e vontade*) comunicado na interação mental ou social é tanto maior quanto maior sejam a agradabilidade que lhe corresponda e a desagradabilidade que corresponda ao composto *siv* que lhe seja desviante.
22. Na interação mental ou social da paz, há o máximo de intensidade (de atração) do composto *siv* comunicado.
23. Se um sistema de interatos mentais ou sociais é considerado essencialmente (principalmente) justo por um ou mais pólos interativos

(e, portanto, essencialmente semelhante ao que eles aceitam), tais pólos experimentam uma situação de relativa e saudável suavidade afetiva. Caso contrário, as situações oscilantes de agradabilidade e desagradabilidade, sobretudo as de desagradabilidade, desde que não são situações relativamente suaves, favorecem condições patológicas no indivíduo e conseqüentemente no sistema sociointerativo.

24. Quanto maior a idéia de semelhança (e conseqüentemente quanto maior a agradabilidade de sentimento), no espaço mental ou social (de interação) tanto mais rapidamente a passagem do tempo (mental ou social) será experimentada no respectivo sistema interativo.

Repare-se que um tratamento teórico-sistemático pelas ciências humanas, baseado na categoria, muitíssimo abrangente, “sentimento, idéia e vontade” tem, em virtude de tal abrangência, a clara possibilidade de um alto poder explicativo no que diz respeito a *preferências* individuais e grupais, bem como quanto à *dissonância* individual e grupal (desagradabilidade). Esse tratamento teórico pode alcançar mesmo uma proposição determinística axiomática testável (uma proposição sempre), por exemplo: indivíduos e grupos sociais sempre querem se aproximar (daí a preferência) daquilo que pensam ser predominantemente semelhante ao que aceitam (agradabilidade preponderante de sentimento) e sempre querem se afastar (daí a não-preferência) do que pensam ser predominantemente dessemelhante ao que aceitam (desagradabilidade predominante de sentimento).

Para ter-se uma noção do poder explicativo e da operacionalização experimental do presente modelo unificado, veja-se o que se escreveu sobre modelo teórico-geral do social: Souto (1988, p. 119-126; 2006, p. 182-208). Este último modelo e o unificado são claramente afins e só se distinguem pelo nível de generalidade. O modelo unificado tem muito alto poder explicativo, parecendo abranger toda a conduta humana.

Seria possível, embora limitadamente, até uma explicação teórica unitária mais geral ainda, pois referida à conduta dos animais superiores, e não apenas à conduta do homem (SOUTO, 1991, p. 303-309; SOUTO, 1994, p. 250).

6 Da teoria científica do mental e do social à felicidade e à paz

Tanto felicidade como paz são sentimentos de agradabilidade. No caso da paz, sentimento suave e intenso de agradabilidade. A paz é,

assim, um máximo de agradabilidade e representa um mínimo de distância entre pólos mentais ou sociais de interação com um mínimo de dissipação de energia.

Poder-se-ia dizer que quanto menor a distância – e, pois, quanto menor a repulsão, a separação, a desagregação – tanto maior a unidade entre pólos interativos, mentais ou sociais, tanto maior a felicidade e a paz.

Amor seria, portanto, outra palavra para atração, ou seja, amor = atração.

A repulsão só é amor quando previne uma repulsão ainda maior e, desse modo, se resolve em uma resultante de atração.

Já se vê que o mundo de hoje, com tanta distância mental e social, não pode ser senão desunido, desigual, infeliz, carente de paz.

Que é o amor, apontado por religiosidades e filosofias como a meta fundamental do homem, senão o ideal e a realidade de uma diminuição progressiva da distância entre pólos mentais ou sociais? Senão a busca da unidade entre esses pólos? E, de forma sublimada, a perspectiva da unidade entre todos os seres da natureza conhecida – perspectiva essa que bem pode ter um embasamento na teoria científica da evolução?

De fato, a composição orgânica humana porventura não sintetiza o mineral, o vegetal e o animal? Note-se que as bactérias (microorganismos unicelulares, sem núcleo celular organizado) são, em geral, participantes saudáveis, cooperativos (mutualismo: benefício mútuo), do organismo humano (lembre-se a flora bacteriana intestinal). As bactérias, classificadas antigamente como vegetais, são hoje vistas como reino primitivo à parte (reino Monera). Algumas, contudo, delas são fotossintetizantes, como as plantas...

Um Francisco de Assis não via toda a natureza como sua irmã, em um sentido de amorosa unidade que lhe trazia felicidade e paz, apesar de sua extrema pobreza, no seguimento rigoroso do exemplo de seu mestre Jesus?

Que fazer, então, para diminuir a distância mental e social e assegurar, por conseguinte, maior felicidade e maior paz?

A ciência, de si mesma, limita-se a conhecer. O conhecimento científico, entretanto, pode ser aplicado à ação prática.

Inicialmente é preciso considerar que, como ficou visto, *quanto mais semelhanças objetivas entre pólos de interação mental ou social,*

tanto menor, provavelmente, a distância entre esses pólos, porque, provavelmente, a semelhanças objetivas corresponderão idéias de semelhança. Apenas provavelmente, pois que pode haver erro de apreciação, tomando-se como semelhante o que é dessemelhante, e vice-versa.

Como também se viu, a idéia de semelhança com o que se aceita, correta ou incorreta essa idéia, é que é determinística, no sentido de provocar sempre atração, aproximação, entre pólos interativos, mentais ou sociais. Assim, o primeiro passo prático para a felicidade e a paz é estabelecer o máximo possível de semelhanças objetivas. O próprio esforço internacional pelos direitos humanos, ainda tão incipiente na prática, pode ter um embasamento científico.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 10.12.1948) tem como princípio cardeal orientador, do qual defluem os seus artigos, o da dignidade da pessoa humana. Assim, não por acaso, esse princípio é mencionado em primeiro lugar no Preâmbulo da Declaração.

De fato, o primeiro considerando do Preâmbulo é no sentido de “que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.”

Outro considerando, de natureza derivada, fala da decisão de “promover o progresso social”.

Tem havido preocupação acadêmica com a “moralidade dos direitos humanos”: um exemplo enfático é Perry (2006, p. *passim*). Similamente, Donnelly fala de uma *universalidade moral* dos direitos humanos e, referindo-se a esses direitos do homem, escreve: *Como os direitos morais mais elevados, regulam as estruturas e práticas fundamentais da vida política, e, em circunstâncias ordinárias, têm prioridade sobre outras reivindicações morais, legais e políticas* (DONNELLY, 2003, p. 1).

Perry, como tantos outros, entende que o princípio cardeal da dignidade da pessoa humana é de natureza moral, contudo, o tema necessita, ainda, de um tratamento mais definido.

Na verdade, tal princípio da dignidade humana pareceria, à primeira vista, de natureza exclusivamente moral, mas tudo indica que não é assim, pois o conhecimento informativo desse princípio basilar é científico: não se nega, em ciência, que o homem é aquele dos animais

a possuir a mente mais desenvolvida. A possuir, portanto, maior dignidade. Sem prejuízo, é claro, da dignidade, embora menor, dos outros animais.

Com efeito, por mais que a Etologia (a ciência do comportamento animal) tenha recolhido dados que evidenciam um desenvolvimento mental não-humano muito para além do que era tradicional e usualmente esperado, permanece inquestionável, cientificamente, um desenvolvimento psíquico humano maior.

O princípio da dignidade da pessoa humana assenta, então, sobre dados de ciência empírica. Desse modo, correspondendo esse princípio ao sentimento de dever ser (em agradabilidade) do homem normal (homem de mente não-patológica), informado por conhecimento científico-empírico, tem o princípio natureza *jurídica* e não apenas moral. Se nos quisermos basear em definição do Direito como essa, que ela não seja somente formal e vaga, mas que apresente, tanto quanto possível, um conteúdo realmente substantivo e definido. Resumidamente, sobre o direito como fato social, cf. Souto(2007 p. 25-32).

Será isso o que impregna de juridicidade, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os princípios derivados de seu princípio cardinal e mais geral, o da dignidade da pessoa humana.

Como a idéia de semelhança com o que se aceita provoca sempre atração, aproximação, entre pólos interativos mentais ou sociais, seria um segundo passo prático para a felicidade e a paz: educar para a idéia da semelhança essencial dos pólos interativos mentais humanos e da semelhança essencial de todos os homens. Educação essa conduzindo ao amor não-egoístico de si mesmo e de todos os homens (Cf. os teoremas expostos sobre socialização – teoremas 17 e 18 – sobre felicidade, sendo esta = sentimento de agradabilidade, lhe há referência explícita ou implícita ao longo dos teoremas, e, sobre paz, teoremas 7, 8, 10, 15, 18 e 22) .

Sublimada e avançadamente – sem prejuízo de um possível embasamento científico – *se educaria até para a idéia de uma semelhança essencial entre todos os seres conhecidos.*

Se o indivíduo humano nem sempre se aceita a si mesmo, no que sua conduta real desvie dos padrões de comportamento, que aceite então – em clima de dissonância – contudo esta dissonância é superável pela mudança de comportamento ou dos padrões aceitos, resta-

belecendo-se assim (nesse espaço) a semelhança do homem consigo mesmo, ou seja, a semelhança entre seus pólos interativos, em clima de agradabilidade que pode chegar a ser paz.

Já a semelhança essencial de todos os homens é um dado científico óbvio, logo de outro modo não se poderia caracterizar cientificamente uma espécie humana. A semelhança básica se estende, em algum grau, a todos os animais, a começar dos animais superiores (estes últimos já possuindo, nitidamente, embora de maneira limitada, sentimentos, idéias e volições): se não fora assim, não se poderia caracterizar cientificamente o gênero “animalidade”.

Por outro lado, a categoria seres orgânicos não alcança vegetais e animais semelhantes, pelo fato de serem todos seres vivos? Falando-se, biologicamente, de um grupo supremo, o superdomínio Biota, que abrangeria todos os organismos vivos, acreditando muitos biólogos que todos os seres vivos descendem de uma única célula.

Note-se que os vegetais, não sendo dotados de sentimento, idéia e vontade, experimentariam impressões materiais – e, por vezes, apresentariam alta sensibilidade móvel (sensitivas) e movimentos, ainda mecanicamente instintivos, para apanharem presas (dionéias). As impressões materiais mencionadas talvez já antecederiam sentimentos e percepções.

Quanto a uma semelhança essencial de todos os seres, o embasamento aqui poderia ser a teoria científica da evolução, conduzida mais além do usual, no sentido da integração do inorgânico no orgânico – a exemplo da composição mineral e química do corpo humano, onde se verificam ademais fenômenos físicos, como os elétricos e magnéticos, sendo de notar o eletromagnetismo dos neurônios cerebrais. Corporeamente, não seríamos, de maneira básica, uma evolução de eletricidade, magnetismo, e de elementos e compostos químicos? Aliás, é opinião corrente entre cientistas a de que a vida se originou em reações químicas.

Haveria na natureza conhecida uma continuidade evolutiva e, portanto, uma unidade fundamental de todos os seres. Não será à toa que, na intuitiva alegoria sacerdotal do Gênesis bíblico, a criação do homem é posterior àquela dos outros seres vivos, e que o homem foi modelado com a argila do solo (minerais argilosos: silicatos de alumí-

nio hidratados). Ora, como se sabe cientificamente, o silício pode ser integrante da formação de ossos, colágeno e cartilagem...

Embora se acredite que a herança genética tenha uma influência significativa sobre o organismo em geral, não parece tê-la tão significativa sobre a mente humana, pois sentimento, idéia e vontade (*siv*) seria um composto forte, de muito acentuada sutileza energética, indecomponível, esse composto, em laboratório, e não redutível, em seus efeitos, aos elementos e compostos do organismo que sejam mais densos.

Nem será necessariamente de confundir ativação de certas áreas cerebrais, durante os processos da mente, com a causação desses processos – processos estes ainda cientificamente desconhecidos em sua sutileza energética intrínseca. Esse confundir não pode ser, portanto, senão meramente especulativo. Se quisermos rigor científico real, a questão de se o cérebro é, naquela ativação de suas áreas, causa ou efeito, representa questão ainda exclusivamente do domínio metacientífico e, pois, cientificamente aberta.

Acresce que, em época de preocupação intensa da Física com a natureza das partículas elementares, caracterizadas estas até mesmo como um *mundo de tendências ou possibilidades* (HEISENBERG, 1986, p.156), o fechamento de questão, no sentido de tudo explicar causalmente a partir da matéria mais densa, soaria estranho e passadista.

REFERÊNCIAS

ALDRUP, Dieter. Der intelligenzunterminierende Einfluss der angewandten Mathematik auf die Wirtschaftswissenschaft. In: EICHNER, Klaus; HABERMEHL, Werner (Hrsg.). *Probleme der Erklärung sozialen Verhaltens*. Meisenheim am Glan: Anton Hain, 1977.

BOUDON, Raymond. *Interview: Cynthia Lins*. September 21. Paris, 1995. Texto digitado.

_____. Beyond rational choice theory. *Annual Review of Sociology*, n. 29, 2003.

DONNELLY, Jack. *Human rights in theory and practice*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2003.

DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

- _____. Les Règles de la Méthode Sociologique. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- ECCLES, John C. *Wie das Selbst sein Gehirn steuert*. Aus dem Englischen von Malte Heim. München: Piper, 1994.
- EINSTEIN, Albert. *Ideas and opinions*. New York: Wings Books, 1954.
- ELSTER, Jon. *Alchemies of the mind: rationality and the emotions*. Cambridge: Cambridge: University Press, 1999.
- HEISENBERG, Werner. *Physik und philosophie*. Frankfurt: Ullstein, 1986.
- HOFSTÄTTER, Peter R. *Psychologie*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch, 1981.
- NEWTON, Sir Isaac. *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Translated by Andrew Motte and revised by Florian Cajori. Chicago: William Benton, Publisher, Encyclopaedia Britannica, 1955.
- OPP, Karl-Dieter. The individualistic research program in sociology. In: RADNITZKY, Gerhard (Ed.), *Centripetal forces in the sciences*. New York: Paragon House, 1988. v. 2.
- PERRY, Michael J. *Toward a theory of human rights: religion, law and courts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SOUTO, Antonio. Um modelo teórico alternativo para explicar os ‘mecanismos’ da distância social em grupos de animais superiores. *Ciência e Trópico*, Recife, v. 19, n. 2, p. 303-309, jul./dez., 1991.
- SOUTO, Cláudio. *O que é pensar sociologicamente*. São Paulo: EPU, 1987.
- _____. Axiomatic reason in sociology and in sociology of law. In: FARALLI, Carla; PATTARO, Enrico (Ed.). *Reason in law: proceedings of the conference held in Bologna, 12-15 December 1984*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1988, v. 3.
- _____. Beyond the autosufficiency of collectivistic approaches in social thought. *Theoria, Revista de Teoria, Historia y Fundamentos de la Ciencia*, San Sebastian, Espana, n. 21, Sep. 1994.
- _____. Probabilidade, condição e causalidade: comparando as distâncias física, mental e social. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 52, n. 208, out./dez. 2002.
- _____. *Teoria sociológica geral: uma fundamentação mais abrangente*. São Paulo: EPU, 2006.
- _____. Ciência e saberes jurídicos: enfrentando o objeto. In: SILVA, Artur Stamford da (Coord.). *Sociologia do direito: na prática da teoria*. Curitiba: Juruá, 2007.
- UDEHN, Lars. The changing face of methodological individualism. *Annual Review of Sociology*, 28, 2002.
- ZETTERBERG, Hans L. Theorie, Forschung und Praxis in der Soziologie. In: KÖNIG, René König (Hrsg.). *Handbuch der empirischen Sozialforschung*, I. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1973.

RESUMO

Lidando com conceitos da Física, da Química, da Psicologia e da Sociologia, mostra como se dá a atração nas interações mental e social humanas e postula um modelo teórico unificado mental-social, defendendo que o conhecimento científico já adquirido em tais áreas podem ser aplicados à ação prática.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Sociologia. Psicologia. Física. Química.

ABSTRACT

By dealing with Physics, Chemistry, Psychology, and Sociology concepts, the article shows how the attraction in human and mental interactions happens, and proposes a mental-social united theoretical pattern, as well as states that the already acquired scientific knowledge in those fields can be applied in practical life.

KEYWORDS: Science. Sociology. Psychology. Physics. Chemistry.

